Texto para Discussão

2639

Brasília, abril de 2021

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO INDIRETO DO BNDES POR MEIO DE AGENTES FINANCEIROS: O CASO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA E DE CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Fernanda Lira Goes
Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
E-mail: <fernanda.goes@ipea.gov.br>.

Rodrigo de Oliveira Vilela
Doutourando em geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (PPGGEA-UnB).
E-mail: <geographo@gmail.com>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2639

O texto objetiva elaborar uma análise do acesso aos financiamentos públicos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empreiteiras que atuam em infraestrutura urbana. O critério para a escolha das empresas pautou-se na seleção de empresas que atuam no cenário nacional, mas que também atuam ou atuaram em serviços e obras no exterior. Tomamos como premissa básica a relação próxima dessas empresas com o Estado brasileiro, elemento importante na produção do espaço urbano, já que direciona os investimentos para lugares de seu interesse, determinando o uso do território pelo capital nas cidades. Esse acordo é a materialização do dinheiro (capital) no território, conforme Santos (2015) aborda, com as elites que operam um processo de continuidade da colonização, na perspectiva fanoniana. O método de seleção das empresas e dos financiamentos analisados considera o volume total dos recursos do BNDES, sob aporte financeiro de recursos do Tesouro, do Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) Constitucional, que se destinam a financiar programas de desenvolvimento econômico no período de 2002 a 2014. Nesse sentindo, foram onze os grupos de empresas selecionados: Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Confab, Contracta, EMSA, Mello Junior, OAS, Odebrecht, Pro Sinalização, Queiroz Galvão e Schahin. O detalhamento da composição dos grupos de empresas e dos valores totais de recursos passados estão disponíveis na seção 1 do texto.

Como aporte teórico para analisar a relação entre grandes empresas e o Estado, com bancos de desenvolvimento públicos como operadores desse processo, o texto traz o que Santos (2015) trata por "globalitarismo" em um modelo de "globalização perversa", posto que o processo de aprofundamento de relações e trocas baseadas em objetos e coisas que se alastrou pela imposição de uniformização de vivências situou atores privados e agentes públicos no teatro de poder. Um dos atores e agentes mais relevantes da globalização perversa são os bancos, privados e públicos. A coligação com as empresas e os aportes financeiros dos bancos governamentais, se configura como agente da produção do espaço, como elucida Corrêa (2016). Carlos (2011) completa que a atuação desses agentes é decisiva para a produção do espaço urbano, visto que coloca o Estado e seus instrumentos legais a serviço do direcionamento desigual desses investimentos no solo urbano. Nesse contexto, o Estado atua de forma estratégica, objetivando uma estrutura de poder concentradora de recursos que propõe uma verdadeira hegemonia política e de capital (Limonad, 2014; Campos, 2014). O que se pretende trazer das ideias de Fanon (2005) é a perspectiva de perpetuação da colonização enquanto processo de ideias, valores e costumes, a partir de uma alienação, materializada na relação entre a elite colonizadora e a elite dos colonizados, esta última dialogando com seus antigos opositores como se fossem aliados, um acordo estampado que envolve colonizadores, burguesias locais colonizadas, partidos políticos e seus dirigentes, na contramão de uma libertação nacional.

Assim, o texto faz o diálogo entre a noção de "território do dinheiro" de Milton Santos que nos submete ao território pela ordem do acordo entre as elites no processo de um colonialismo acusado por Frantz Fanon. O que Santos (2015) estabelece como globalização perversa, nos é vista ainda como a colonização enquanto processo mais avançado. A partir da atuação do dinheiro no território e do acordo proposto é que se dá a transferência de recursos públicos para as empresas, ou como Santos e Silveira (2008) elucidam, o uso privatista. Essa atuação leva ao desenvolvimento de um novo movimento, o da privatização do território,

que pode ser uma área corporativa e, ainda, cidades corporativas. Assim, o papel de comando dessas empresas, dotadas de grande poderio econômico, confirmado pelos vultuosos recursos adquiridos no acesso ao poder público, desagua em um poder político, dando a elas quase que uma autonomia na definição das atividades, dos usos e da organização do território e em paralelo, a escolha dos lugares mais favoráveis ao desenvolvimento de suas ações no espaço urbano. É ainda interessante pontuar o que Maricato e Royer (2017) alertam: a existência de um paradoxo, já que o aporte de investimentos na cidade não tem garantido melhorias nas condições de vida urbana, uma vez que a força do capital age, espacialmente, como motor de desenvolvimento de forte segregação socioespacial. É a força do dinheiro que decide onde, quem e quando ocupar o território. É a soberania do dinheiro em exercer o controle sobre a vida de pessoas, em detrimento de um poder aplicado ao território. A cidade, então, se mantém continuamente como um arranjo espacial do poder das corporações.

O texto também traz os grandes aportes de recursos do BNDES para instituições financeiras privadas, que, por sua vez, farão o direcionamento dos recursos para as empresas. À guisa de conclusão, mas sem a pretensão de esgotamento dessa temática, o texto traz em suas considerações finais a relação entre as corporações e o Estado na perspectiva de uma urbanização materialmente desigual, seja pela noção de classe, seja pela noção de raça e etnia. Lembrar-nos que os impactos reais acometem as pessoas nos seus cotidianos. Ainda que para muitas pessoas sejam vivências alienadas sem percepção consciente do processo exploratório ao qual se submetem, a partir da perspectiva de quem vive o território usado, de quem está inserido no processo da globalização perversa pela violência do território do dinheiro, do território do lucro, de uma mais-valia, de vítimas que no percurso de sobrevivência ocupam o lugar de dores e sofrimentos. Assim, enquanto o Estado, um banco público, os bancos privados, as grandes empresas do setor de construção e engenharia e as corporações multinacionais invadem e produzem uma urbanização colonizadora, as resistências de outro modo de produção do espaço urbano questionam esse neocolonialismo. Harvey (2005, p. 69) identifica a urbanização como um processo social, produto de uma "sociedade vinculada por classes, as práticas espaciais adquirem conteúdo de classe definido (...), conteúdos burocrático-administrativos, raciais e de gênero".

Tais possibilidades são fundamentais para entender a ação das empresas no território, numa lógica de transferência de responsabilidades do Estado para o mundo privatista. Este, sob os auspícios da lógica do capital, nem sempre confere a inclusão do conjunto de atores da cidade na prática do consumo. Nesse sentido, os que vivem e que dão vida ao território, conforme Santos (2015) nos elucida, ficam relegados a uma posição secundária, essa globalização perversa e a força do território do dinheiro excluem um grupo da população enquanto sujeito do processo. Todo esse conjunto de conteúdos nos remete ao conteúdo de classe, à estrutura marginalizante do território do dinheiro e à soberania do capital na destruição de corpos humanos e populações como elementos concretos de experiências contemporâneas de destruição humana (Harvey, 2005; Santos, 2015; Mbembe, 2018).

REFERÊNCIAS

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais**: as empresas brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1998. Niterói: Eduff, 2014.

CARLOS, A. F A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2016.

FANON, F. **Os condenados da terra**. (Tradução: Eunice Albergaria Rocha, Lucy Magalhães). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. (Tradução: Carlos Szlak). São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

LIMONAD, E. Estado, espaço e escala no Brasil, subsídios para a reflexão. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 41, n. 493, 1 nov. 2014.

MARICATO, E.; ROYER, L. A política urbana e de habitação. *In*: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. C**inco mil dias**: o Brasil na era do Lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. 400 p.

MBEMBE, A. Necropolítica. 3. ed. São PAulo: n-1 Edições, 2018. 80 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.